



A MATERNIDADE E SEUS DESAFIOS NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO (IFRJ) CAMPUS VOLTA REDONDA: REFLETINDO AS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA EPT.

Juliana de Fátima Calixto de Oliveira ¹
Helena Álvares Bezerra Júnior ²

RESUMO

A presente pesquisa é fruto de reflexões nascidas da roda de conversa intitulada “Criaturas invisíveis: o (não) lugar de mãe e crianças no IFRJ” na V Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão no Campus Volta Redonda. Em se tratando de instituições educacionais públicas, devemos sempre indagar em que medida essas entidades estão preparadas para acolher servidoras e alunas mães, oferecendo-lhes espaços que viabilizem a prática profissional da mulher e reparem a ausência de uma infraestrutura que subsidie o exercício de atividades maternas dentro do campus, quando necessário. Atualmente no IFRJ campus Volta Redonda, não há espaços apropriados para a permanência de bebês e crianças que, porventura, precisem acompanhar as respectivas mães em atividades cotidianas de trabalho ou de estudo. Não há locais para amamentação e ordenha, espaço que bebês e crianças possam descansar ou estar em segurança enquanto suas mães trabalham ou estudam. As leis e políticas públicas e institucionais não dão conta das realidades enfrentadas por essas mulheres no dia a dia de cuidados com seus filhos e filhas. A pesquisa teve caráter qualitativo, utilizando-se de uma roda de conversa semiestruturada como instrumento de coleta de dados. Os resultados obtidos pela análise de conteúdo apontaram a necessidade de criar políticas públicas que possam garantir acolhimento, qualidade de vida e melhoria nas condições de trabalho da mulher no IFRJ, numa perspectiva inclusiva, afinada com a diversidade e em sintonia com objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), segundo a qual, a prática laboral deve funcionar como princípio educativo pautado na formação omnilateral.

Palavras-chave: Mulher, Maternidade, Educação, Trabalho, EPT

¹ Mestranda do Curso em Educação Profissional e Tecnológica (ProfePT) do Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, jucalixto01@gmail.com;

² Professor orientador: Doutor, Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ, helena.junior@ifrj.edu.br.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o sistema capitalista vem privilegiando a mão de obra masculina, uma vez que, na tradição patriarcal, o homem seria o provedor e a mulher teria a função doméstica. Em princípio, dá-se a impressão de que a mulher não participa do processo capitalista, porém, considerando questões de trabalho e gênero, elucidadas por Karl Marx e desenvolvidas a posteriori no viés do feminismo marxista (ANDRADE, 2015), é possível perceber que a mulher participa deste processo como mãe, à medida que o corpo feminino cisgênero gera e cria mão de obra. Se as mulheres fornecem força de trabalho por meio da procriação, conseqüentemente, o capitalismo espera que elas se tornem mães e se afastem do espaço laboral remunerado para que sempre abasteçam o sistema com a renovação de trabalhadores.

A escolha pontual do feminismo marxista para analisar a temática em voga se dá porque ela discute, especificamente, a maternidade como atividade integrante do sistema capitalista, visto que, como já dito, a geração de ingressantes ao mercado de trabalho só se torna possível por meio da reprodução e criação de novos trabalhadores. Isso explica por que o capitalismo estimula a exclusão da mulher dos espaços laborais remunerados, bem como incentiva a formação de famílias heterossexuais, a fim de garantir a perpetuação da força de trabalho num futuro próximo. Diferentemente de outras teorias feministas, o feminismo marxista aborda, de forma explícita, a maternidade como elemento do trabalho. Além do mais, ao destacar a dicotomia mulher e labor, segundo a visão de Karl Marx, esta linha feminista estreita a relação entre o tema maternidade e os pressupostos teóricos da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) que nortearam este trabalho.

Em se tratando de instituições educacionais públicas, devemos sempre indagar em que medida essas entidades estão preparadas para acolher servidoras e alunas mães, oferecendo-lhes espaços que viabilizem a prática profissional da mulher e reparem a ausência de uma infraestrutura que subsidie o exercício de atividades maternas dentro do campus, quando necessário. Partindo do princípio de que o Instituto Federal do Rio de Janeiro oferece educação pública, gratuita e se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e voltado para a formação do cidadão, torna-se imprescindível criar políticas públicas que possam garantir acolhimento, qualidade de vida, discussões e reflexões acerca da maternidade como parte integrante e efetiva da política institucional.

As experiências de conciliar a maternidade com o trabalho nos faz reconhecer a importância de se criar um ambiente mais acolhedor e compreensivo para as mães nos Institutos

Federais (e outras instituições), com vistas para a promoção de políticas e estruturas que apoiem mulheres que enfrentam uma jornada dupla ou mesmo tripla de trabalho.

No que tange às relações pessoais e de convivência cotidiana, os depoimentos sobre a maternidade e as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho são frequentes em conversas informais, despertando um interesse de compartilhar e compreender melhor esse contexto. Não é incomum ouvir histórias de mulheres que desistiram de suas carreiras ou que se sentiram esgotadas ao lidar com o acúmulo de responsabilidades entre o trabalho e o lar. Esses relatos refletem desafios enfrentados por muitas mulheres em nossa sociedade atual e constitui o objeto desta pesquisa.

Ao abordar as questões da permanência de mães servidoras e alunas no campus Volta Redonda, foi preciso refletir sobre suas demandas acerca dos cuidados para com suas respectivas proles. Atualmente no campus, não há espaços apropriados para a permanência de bebês e crianças que, porventura, precisem acompanhar as respectivas mães em atividades cotidianas de trabalho ou de estudo. Não há locais para amamentação e ordenha, espaços em que bebês e crianças possam descansar ou estar em segurança enquanto suas mães trabalham ou estudam. Presenciamos pequeninos em salas de aula, dormindo no colo de mães estudantes ou brincando nos corredores enquanto as mães servidoras desempenham suas funções. As leis e políticas públicas e institucionais não dão conta das realidades enfrentadas por essas mulheres no dia-a-dia quanto aos cuidados com seus filhos e filhas.

Esta pesquisa procurou levantar dados sobre mães trabalhadoras e estudantes, bem como compreender suas condições e necessidades em relação à infraestrutura. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo foi promover diálogos por meio de uma roda de conversa com mães servidoras, proporcionando a elas um espaço de escuta sensível. Nessas discussões, foram abordadas as demandas e dificuldades enfrentadas pelas mães servidoras e alunas do IFRJ Campus Volta Redonda, principalmente no que diz respeito à conciliação entre suas responsabilidades de cuidado e o cumprimento tarefas no ambiente acadêmico.

METODOLOGIA

No que tange à abordagem metodológica, o presente trabalho se deu nos moldes da pesquisa-ação de acordo com Thiollent (2008). Essa abordagem metodológica permite o envolvimento do pesquisador junto aos participantes que, através da condução de processos sistemáticos, ajudam-no a melhorar as suas próprias práticas e, conseqüentemente, a contribuir com o ambiente de trabalho sob observação. Desta forma, a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação, considerando-se necessária a produção de

conhecimentos, a aquisição de experiência, a contribuição para a discussão e o avanço do debate acerca das questões abordadas.

Como ferramenta para uma coleta de dados foi realizada uma roda de conversa virtual com as servidoras e alunas do Campus Volta Redonda intitulada “Os desafios de ser mãe e profissional ou aluna no IFRJ: um bate papo sobre a realidade do campus Volta Redonda” que se deu no formato remoto, veiculada pelo Google Meet. Para realizar uma roda de conversa, foi elaborado um plano detalhado considerando os objetivos, a estrutura e as atividades que seriam realizadas.

Para atingir o público participante da pesquisa, foram usados, como estratégia de divulgação, cartazes e e-mails para as mães servidoras e alunas do IFRJ, Campus Volta Redonda. Durante a roda de conversa, as participantes usaram o recurso de chat para fazer comentários e/ou compartilhar informações relevantes, também importantes para a análise dos dados. Para além da utilização do vídeo gravado na roda de conversa, após o encontro virtual, foi enviado um questionário às participantes via Google Forms, sem identificação nominal, para compreendermos em que medida o debate impactou as mães envolvidas. Esse questionário ajudou-nos a compreender a exploração das percepções sobre o processo e no feedback específico sobre a experiência da roda de conversa. A partir disso, foi realizada uma análise cuidadosa dos dados coletados, buscando identificar os principais temas, ideias e perspectivas presentes nas falas das participantes.

A verificação dos dados foi produzida de forma qualitativa com base na Análise de Conteúdo segundo Bardin, que é entendida como um conjunto de técnicas de “análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2004, p. 41). Assim sendo, a Análise do Conteúdo na concepção de Bardin pode ser compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetiva analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados numa análise de dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação cultural de nosso país durante e após a colonização, manteve-se patriarcal. Contendo culturas diferentes que constituíram o território que hoje conhecemos como Brasil, as organizações sociais aconteceram no processo de colonização, tendo uma estrutura patriarcal

como forja da instituição familiar a partir de um modelo importado e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista (SAFFIOTI, 1978). Na perspectiva marxista, o labor maternal é parte integrante da produção de mão de obra, o sistema capitalista se beneficia disso, confina a mulher à domesticidade e não a remunera por lhe fornecer força de trabalho. A mídia, em todo o tempo, usa a imagem da família heterossexual como símbolo de felicidade para estimular a maternidade, mas, contraditória e conscientemente, não recompensa o corpo reprodutor nem o reconhece como produtivo na geração de bens materiais. Nesta perspectiva, o sistema capitalista depende da reprodução e socialização das futuras gerações para continuar a crescer, onde, para gerar consumidores futuros, as mães desempenham o papel central deste processo. Com a lenta, porém crescente participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, sobretudo, com a contribuição das teorias feministas a partir da Segunda onda do Feminismo nos anos de 1960, várias questões nas relações de gênero vêm sendo colocadas em xeque e a maternidade como atividade integrante do sistema capitalista é uma delas.

Os afazeres domésticos reservaram à mulher uma invisibilidade social durante muito tempo, delegando, a ela, a função de cuidadora da prole, alguém voltado para a reprodução, afetividade, acolhimento, nutrição, higiene corporal dos filhos; enquanto, ao homem, cabia o provimento financeiro. Todo o trabalho associado ao zelo, seja ele com a casa ou com os filhos, era de responsabilidade da mulher. No entanto, essas atividades não eram remuneradas. De outro modo, o homem, exercendo atividades remuneradas, ocupava espaços públicos e se mantinha na função de provedor e chefe da família.

Segundo Badinter (1985), a conquista do direito a exercer trabalhos fora de casa não procedeu na divisão das atividades domésticas e no cuidado com as crianças, o que resultou num acúmulo de atividades para as mulheres. Novaes (2015) nos mostra que o industrialismo capitalista, ao colocar a mulher especificamente no ambiente doméstico com a figura da “dona-de-casa”, reforçou a divisão entre produção e reprodução, tornando-a responsável pela vida privada. A produção e a reprodução do trabalho estão diretamente ligadas às relações sociais entre os sexos, cabendo a produção e a remuneração aos homens e, a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres. Para Saffioti (2013, p. 57), ao tornar o papel reprodutivo da mulher um substituto de sua função produtiva, a sociedade potencializa a determinação da categoria sexo, distanciando, na esfera social, a mulher do homem.

Já na perspectiva de Federici (2019), o mito da “multitarefa” parte de uma visão segundo a qual as mulheres se diferem dos homens por fatores biológicos, uma vez que estas obtêm competência cerebral para realizarem inúmeras funções. Ao se desdobrarem para

desempenhar diversas funções reprodutivas, como o cuidado com a criança e o marido, e demais atividades do âmbito privado, as mulheres legitimam, de forma inconsciente, a dominação imposta. Desde os primeiros contatos com o mundo externo, as formas de socialização que as mulheres recebem são diferentes das adquiridas pelos homens, refletindo em uma bifurcação da representação de suas funções na sociedade, que as desassocia dos espaços públicos e das esferas de poder. Esse papel de cuidadora exclusiva dos filhos foi sendo justificado através da História, especialmente como as construções sociais sobre os corpos das mulheres naturalizadas sob a ideia de um “instinto materno” ou ainda de uma “natureza feminina” (BADINTER, 1985).

Desde o princípio da educação técnica, as distinções de gênero aparecem atreladas às diferenças de classes sociais. Na Constituição Brasileira de 1823, encontramos a primeira proposta de educação para mulheres, regulamentada em 1827, quando o ensino de atividades domésticas era destinado às meninas, enquanto os meninos aprendiam operações matemáticas. Assim, apesar da Lei de Instrução de 1827 representar alguma conquista para as mulheres, ainda a conservava no lugar de mãe, aquela que desempenha a função natural de educadora. “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos dela” (Lei da Instrução Pública, 1827, Apud LOURO, 2013, p. 447). Como se vê, cabia à mulher cumprir o papel de manutenção da ordem social. Dessa forma, tal concepção percebia a mulher como cuidadora dos filhos e também como preceptora, uma pessoa responsável pela formação das futuras gerações, seja transmitindo valores sociais humanitários ou hegemônicos. Observamos que essa separação entre homens e mulheres na educação merece uma análise metódica: a divisão sexual do trabalho, marcada na educação profissional e posteriormente em suas carreiras/ocupações, não é detectada apenas pela divisão de atividades entre sexos, mas evidenciada nas desigualdades sociais reservadas às mulheres, limitadas a postos de trabalho de menor prestígio social e remuneração. Em contrapartida, compreendemos que a educação possui uma força propulsora de mudanças sociais, oportunizando a inserção do corpo feminino no mercado de trabalho. É a partir de então, que as mulheres redimensionam seu espaço de atuação e a compreensão de si mesmas.

Na sociedade brasileira contemporânea, segundo a qual a categoria mulher ainda integra a vida produtiva não doméstica, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica foi criada em nosso país. A Rede busca, a partir de sua concepção, gerar transformações históricas, educacionais e sociais que acarretam modificações diante do pensamento e a execução das políticas públicas educacionais, voltadas para todos envolvidos

na educação profissional e tecnológica. Para PACHECO (2010), a proposta dos institutos federais pode modificar a vida social, quando compreende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, passando a atribuir maior sentido e alcance ao conjunto de experiências humanas. Dessa forma, situações da atualidade devem ser pensadas no sentido de possibilitar, à comunidade acadêmica, o acesso a conhecimentos adquiridos informalmente em suas vivências, conciliando-os com os saberes presentes nos currículos formais e os articulando com a realidade dos discentes. Isso precisa incluir, por exemplo, a realidade de alunas mães.

Podemos dizer que a educação profissional atravessou momentos de transformações que provocaram reestruturações de acordo com realidades sociopolíticas distintas, buscando atender a projetos societários de acordo com cada período da história. Fica claro que tais projetos naturalizaram a maternidade e deixaram de priorizar a educação da mulher, independente do momento histórico e contextos brasileiros a que outrora se aplicaram. De outro modo, esses paradigmas se tornaram o alicerce para a discussão de realidades que têm, por base, a desigualdade de gênero, vivenciadas por meninas e mulheres mães que ocupam espaços públicos e privados de educação, e necessitam ter suas necessidades compreendidas e atendidas pelas instituições, de modo a não serem afastadas do espaço escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar com temas como gênero, feminismo, patriarcado e divisão sexual do trabalho implica integrar a vida prática com a reflexão teórica e política. Durante a roda de conversa, as participantes tiveram a oportunidade de refletir e compartilhar as experiências vivenciadas dentro e fora do campus. Além de promover uma conexão e empatia entre as participantes, por meio das histórias narradas, surgiu uma identificação com os diversos desafios que a maioria vivencia. A reflexão sobre uma série de tarefas que são fundamentais para a manutenção da vida cotidiana e, conseqüentemente, do bem-estar da sociedade, está presente em algumas falas e chamam atenção para o trabalho do cuidado, frequentemente desvalorizado. Torna-se difícil equilibrar as responsabilidades do cuidado sem que haja impactos na carreira, saúde mental e até mesmo na qualidade de vida das participantes.

Conforme abordado por Tourinho (2006), em virtude do papel ideal estabelecido pela sociedade, as mulheres são obrigadas a assumir a responsabilidade pela criação dos filhos, e incorporar um perfil materno. Essa imposição pode resultar em sentimento de culpa, caso não consigam atender plenamente a esse papel. Diante deste impasse, priorizam o bem-estar de seus filhos, mesmo que isso signifique abdicar de desejos e vontades. Quem nunca ouviu ou talvez até tenha expressado a conhecida frase: “Ser mãe é sofrer no paraíso”? Esse conceito vai sendo socialmente forjado nas mulheres, sugerindo que a

maternidade seja uma experiência dolorosa que, no entanto, traz satisfação: uma dor que se transforma em recompensa.

Cada vez mais, evidenciamos a perpetuação do mito do amor materno causando culpa nas mães que, mesmo sobrecarregadas, assumem a responsabilidade integral pelos cuidados, também em virtude da pressão da sociedade, que continua atribuindo à mulher a principal responsabilidade pela criação dos filhos. Isso ficou evidente quando uma participante demonstrou em sua fala a preocupação com muitas alunas que engravidam, abandonam o curso e voltam para terminá-lo depois que os filhos estão criados, isso quando retomam os estudos. A participante comenta:

Eu trabalhei numa instituição na qual foi dito para uma estudante ao engravidar - olha, vai lá, tenha a sua bebê, fica um pouquinho com ela e depois você volta para estudar. Isso foi sugerido para ela e eu espero né, que isso a gente não faça, que isso não aconteça no nosso ambiente de trabalho.

Este relato reafirma que, ao longo do tempo, observamos um processo de isolamento das mães em função da responsabilidade pela criação dos filhos. Esse fenômeno está presente desde o início do capitalismo no século XV, período em que as atividades de trabalho coletivo passaram a ser desencorajadas para as mulheres. Uma nova ordem cultural e política que estava surgindo destinava às mulheres o papel de reprodução, colocando-as no contexto doméstico, centrado na propriedade privada. De acordo com SAFFIOTI (1978), a criação dos filhos não deveria ser uma obrigação exclusivamente feminina, mas um trabalho coletivo, com todos da família e o amparo integral do Estado. Porém, na nossa sociedade neoliberal e baseada no individualismo enquanto princípio filosófico da modernidade, o que vemos são mães cada vez mais sobrecarregadas e desamparadas.

Na contramão deste discurso, é de suma importância que abordagens pedagógicas garantam a permanência de mulheres mães em ambientes acadêmicos e que a escola desempenhe um papel fundamental na preparação dos indivíduos não só para o mundo do trabalho, mas para a vida. Quando tratamos da Rede Federal de Ensino, mais especificamente da EPT, esse papel de formação integral do sujeito se torna prioritário desde seus documentos base e princípios norteadores. A exclusão de meninas e mulheres mães dos bancos escolares, para além de uma questão de direitos humanos, vai de encontro ao princípio da equidade da educação e do rompimento com a perversa dualidade estrutural da educação brasileira.

As leis que garantiriam a permanência e a conclusão das alunas mães são incipientes. No Brasil, a Lei 6.202/1975 garante à aluna grávida, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, que seja assistida pelo regime de exercícios domiciliares. O Regulamento de Atividades Pedagógicas Domiciliares do IFRJ, anexado à Resolução do ConSup (Conselho Superior) do IFRJ no 37, de 11 de dezembro de 2018, estipula que estudantes grávidas têm a opção de requerer um regime especial de Atividades Pedagógicas Domiciliares (APDs) a partir do início do 8o mês de gestação até o final do 4o mês após o parto. Esse regime visa a compensar a ausência nas aulas, com um período

mínimo de 15 dias e um máximo de 180 dias. O documento também menciona que, em casos excepcionais, o período de afastamento pode ser estendido antes e/ou depois do parto.

Além disso, outro fator abordado na roda de conversa foi a falta de rede de apoio de algumas participantes, que não têm com quem deixar os filhos quando a creche não atende a faixa etária e/ou não tem expediente no horário que as servidoras estão no campus. Estudiosos como Benassule, Cavalcante e Lamy-Filho (2020) mostram que o nascimento de uma criança pode ter momentos de alegria. No entanto, também representa um evento de profundas transformações, especialmente na vida da mulher, que experimenta alterações abruptas tanto em seu corpo quanto em seu contexto social. De acordo com os autores, tais mudanças podem gerar diversos sentimentos, incluindo aqueles que eles categorizam como fatores estressantes.

No Brasil não existe uma legislação que permita ou proíba, de maneira explícita, que mães, pais e responsáveis levem crianças nas instituições de ensino. Entretanto, a Portaria no 89/2017 do Ministério da Educação (MEC) estabelece o direito de mães lactantes e pais de crianças em fase de amamentação alimentarem seus filhos em locais de acesso público ou de uso coletivo dentro das instituições do sistema federal de ensino. Isso significa que as mães têm o direito de estar presentes nas instituições de ensino federal com seus filhos em fase de lactação.

Ressaltamos que essa portaria se aplica exclusivamente às instituições de ensino federal, garantindo este direito independente da disponibilidade de locais próprios para amamentação. Atrelada a essa portaria, temos também a perspectiva dos espaços adequados para o acolhimento das mães nos ambientes acadêmicos. Atualmente, não contamos com um espaço apropriado para a amamentação e este foi um ponto muito argumentado pelas participantes desta pesquisa durante a roda de conversa.

Compreendemos que isso implica diretamente na dinâmica organizacional das servidoras e alunas mães do IFRJ, Campus Volta Redonda. As instituições de ensino são espaços considerados coletivos dentro de uma determinada estrutura urbana, porém, não são criados para determinadas/os sujeitas/os sociais. Esse problema se torna evidente quando se pensa sobre a noção de “direito à cidade”, conceito que se refere à “intensificação das manifestações urbanas, nas quais a cidade se transforma em um universo de lutas por direitos civis, econômicos, sociais, ambientais etc.” (DIAS & FERREIRA, 2015). No caso aqui exposto, essa ideia pode ser adaptada ao direito a permanecer numa instituição de ensino.

Considerando a divisão dos espaços baseada no gênero, essa exclusão se estende para vários ambientes dentro do campus, para além da sala de aula. Vivenciamos várias situações com crianças nas atividades em auditórios, nos eventos científicos, nas salas administrativas e nos banheiros, diversos espaços sem fraldário. A decisão de levar uma criança para o ambiente laboral ou acadêmico, seja como um direito institucional ou como uma escolha relativa à divisão de responsabilidades parentais, representa a pluralidade de perspectivas que ultrapassam as necessidades individuais de cada mulher.

Refletindo sobre as demandas acerca dos cuidados para com suas proles, em se tratando da divisão de espaços, sabemos que, atualmente, o IFRJ Campus Volta Redonda não possui uma estrutura

adequada para o acolhimento de mães servidoras ou estudantes. Diversas observações foram apontadas pelas participantes da pesquisa ao se buscar melhorias estruturais (físicas, humanas e políticas) que deveriam ser implantadas para servidoras e alunas que são mães.

Fica evidente a ausência de políticas que amparem a mulher nesta situação, algo que contradiz a concepção dos institutos federais, ao propor uma educação voltada para a cidadania e omnilateralidade; uma organização educacional que se estabelece como uma instituição comprometida com atender as diversas dimensões do ser humano. Isso abrange, por conseguinte, a visão da mulher como um ser multifacetado, com direitos que englobam a maternidade, o acesso à formação intelectual e a igualdade de gênero no ambiente profissional (RAMOS, 2008).

Em relação às estratégias que essas mães vêm construindo e desenvolvendo para que possam usufruir de condições dignas de trabalho e ou estudo, verificamos que, além de levar as crias para o ambiente laboral, precisam contar com o apoio de seus pares na organização dos horários a cada semestre. Nesse sentido, é importante buscar ações afirmativas e políticas públicas que apoiem adequadamente essas mães, aprimorando o ambiente de estudo e trabalho como, por exemplo, participação nos critérios de elaboração dos horários, salas de amamentação e espaços adaptados para alimentação e cuidados com os bebês. Além disso, é essencial a contribuição dos gestores na adoção de práticas mais inclusivas e igualitárias, de modo a construir um ambiente de trabalho e estudo que respeite e valorize a experiência das mulheres que são mães.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres que decidem se tornar mães sofrem estigma social e sobrecarga. Apesar de os progressos que visam a assegurar a equidade de direitos entre os gêneros e do fato de as mulheres terem atingido níveis significativos nas esferas social, familiar, educacional e profissional, ainda são grandes os obstáculos que perpetuam na nossa sociedade, dificultando a realização efetiva dessa igualdade.

Segundo Saffioti (1978), a sociedade utiliza a ideia de uma identidade social para traçar a forma de como os papéis são atribuídos ao homem e à mulher dentro de seu contexto. A partir desses papéis, surge uma forma de hierarquia na qual o homem, mesmo considerando as questões relacionadas à classe social ou de ordem racial, ocupa uma posição de supremacia. Isso acarreta a naturalização de determinados padrões de comportamento fazendo com que situações de discriminação, por vezes, sejam invisibilizadas.

Vimos que na sociedade capitalista, o papel de cuidar da casa e da família sempre foi atribuído às mulheres, com base no discurso da sua natureza feminina voltada para essas tarefas. No entanto, é preciso desnaturalizar a mulher como uma categoria fixa, como uma essência

biológica e entendê-la como sujeito social e político. Percebemos ainda hoje que, mesmo buscando sua independência e participação no espaço público, as mulheres ainda enfrentam desvantagens em relação aos homens pois continuam assumindo, majoritariamente, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e a criação dos filhos.

Considerando o ambiente escolar e, mais especificamente neste contexto de estudo, a educação profissional, reconhecemos esses espaços como propícios para a construção de uma consciência crítica entre os indivíduos. Nesse sentido, é de suma importância desenvolver pesquisas que incentivem e promovam, dentro do contexto da educação profissional, a discussão de questões que afetam a vida em sociedade, uma vez que entendemos que a formação integral dos alunos deve abranger todos os aspectos relacionados às dimensões sociais e culturais que os cercam.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no18. Brasília, p. 265-300, setembro - dezembro de 2015.

BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 17, núm. 3, septiembrediciembre, 2015, pp. 118-133

BENASSULE, Stéfannie Cardoso; CAVALCANTE, Milady Cutrim Vieira; LAMYFILHO, Fernando. Saúde mental de mães de crianças entre 15 e 36 meses da coorte BRISA – São Luís, Maranhão. *Medicina, Ribeirão Preto*, v. 4, n. 53, p. 415-423, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v53i4p415-> Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/167283/166391>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto. 2013. Disponível em <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

NOVAES, Elizabete David. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. *História e Cultura*, v. 4, p. 50-66, 2015.



PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf

RAMOS, Marise. A Concepção de Ensino Médio Integrado, 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-mariseramos1.pdf>. Acesso em 30/07/2021

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1978.

TOURINHO, Julia Gama. A mãe perfeita: idealização e realidade - Algumas reflexões sobre a maternidade. IGT na rede, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 1-33, 2006. Disponível em: <http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/12>. Acesso em: 20 out. 2021.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2008.